

UNIVERSIDADE PARA QUÊ? DIFERENTES PERSPECTIVAS SOBRE SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

UNIVERSITY FOR WHAT? DIFFERENT PERSPECTIVES ON ITS ROLE IN
REGIONAL DEVELOPMENT

Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas • 01/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/790777423](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/790777423)

Eglecir Terezinha Cardoso da Luz Sauer¹

Robson de Faria Silva²

Rodnei Oliveira de Lima Camara³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar, a partir de uma abordagem teórico-reflexiva, diferentes perspectivas sobre o papel das universidades no desenvolvimento regional, considerando suas contribuições para a inovação, a formação de capacidades, a articulação territorial e a transformação social. O estudo caracteriza-se como qualitativo, de natureza teórico-reflexiva, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental, com análise de conteúdo dos materiais selecionados. A discussão articula perspectivas relacionadas ao desenvolvimento humano, capital social, desenvolvimento endógeno e inovação, bem como diferentes concepções sobre a atuação das universidades, destacando a Tríplice Hélice e abordagens voltadas à transformação social e à justiça territorial. Os resultados da análise indicam que as universidades podem atuar por diferentes mecanismos no desenvolvimento regional, envolvendo formação de capital humano, produção e circulação de conhecimento, inovação, articulação institucional e interação com as comunidades. A comparação das perspectivas evidencia diferenças quanto à concepção de desenvolvimento, à finalidade da universidade e às formas de relação com o território, embora também sejam identificadas possibilidades de complementaridade entre inovação, inclusão social e compromisso territorial. Conclui-se que a contribuição das universidades para o desenvolvimento regional depende das características dos territórios e das relações estabelecidas com os diferentes atores sociais e institucionais.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Universidade; Inovação; Território; extensão universitária.

ABSTRACT

This article aims to analyze, from a theoretical-reflective perspective,

different approaches to the role of universities in regional development, considering their contributions to innovation, capacity building, territorial articulation, and social transformation. The study adopts a qualitative approach and is based on bibliographic and documentary research, with content analysis of selected academic works and institutional documents. The discussion brings together perspectives related to human development, social capital, endogenous development, innovation, and the relationship between universities and territories, highlighting both the Triple Helix approach and perspectives focused on social transformation, territorial justice, and the expansion of human capabilities. The analysis indicates that universities can contribute to regional development through different mechanisms, including human capital formation, knowledge production and dissemination, innovation, institutional articulation, and interaction with local communities. The comparison of the perspectives reveals differences regarding the conceptions of development, the purposes attributed to universities, and the forms of interaction with territorial actors, while also identifying possibilities for complementarity between innovation, social inclusion, and territorial commitment. It is concluded that the contribution of universities to regional development depends not only on their institutional functions, but also on the characteristics of the territories and on the relationships established with social, governmental, and productive actors.

Keywords: Regional Development; University; Innovation; Territory; University Extension.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as transformações econômicas, sociais e territoriais intensificadas pela globalização e pelo avanço das tecnologias da informação têm reconfigurado as dinâmicas produtivas, as relações de poder e os padrões de desenvolvimento regional. Esse processo, marcado pela ampliação dos fluxos de capital, informação e pessoas, produziu simultaneamente integração e aprofundamento das desigualdades territoriais, exigindo a redefinição do papel das instituições públicas nos contextos locais e regionais. Nesse cenário, a universidade deixa de ser compreendida apenas como espaço de formação acadêmica e produção de conhecimento científico para assumir posição estratégica como agente de desenvolvimento territorial.

A ampliação do ensino superior, especialmente em regiões interioranas e historicamente periféricas, evidencia o potencial das universidades para induzir processos de desenvolvimento regional mais equilibrados. Ao se inserirem nos territórios, essas instituições impactam a economia local, dinamizam o mercado de trabalho qualificado, fortalecem arranjos produtivos, ampliam a circulação de saberes e contribuem para a valorização das identidades culturais. Entretanto, tais impactos não se restringem à dimensão econômica: envolvem também dimensões sociais, políticas e simbólicas, configurando a universidade como ator relevante na construção de projetos coletivos de desenvolvimento.

A compreensão desse processo exige uma abordagem teórica que articule território, educação e justiça social. Para Milton Santos (2000), o território é um espaço socialmente produzido, estruturado por relações de poder e desigualdades, no qual se materializam disputas e projetos societários. Nesse sentido, a universidade, ao atuar territorialmente, pode tanto reproduzir as assimetrias

existentes quanto contribuir para sua transformação, dependendo de sua orientação político-pedagógica e de sua vinculação com as demandas sociais concretas.

Sob a perspectiva crítica da educação, Paulo Freire (1996) concebe a prática educativa como exercício de liberdade e emancipação, defendendo uma formação dialógica e comprometida com a transformação social. Essa concepção desloca a universidade de uma posição tecnocrática para uma atuação ética e política, fundada no diálogo com os sujeitos históricos e na problematização das realidades locais. De modo convergente, Boaventura de Sousa Santos (2004; 2009) propõe a ideia de uma universidade socialmente referenciada, capaz de romper com a “monocultura do saber científico” e promover uma ecologia de saberes, integrando conhecimentos acadêmicos e populares na produção de alternativas ao desenvolvimento excludente.

No campo do desenvolvimento, Amartya Sen (2000) contribui ao compreendê-lo como ampliação de liberdades substantivas, deslocando o foco de indicadores meramente econômicos para a expansão das capacidades humanas. Nessa perspectiva, a educação superior constitui instrumento central de emancipação individual e coletiva, ampliando oportunidades, fortalecendo a participação cidadã e consolidando condições para a justiça social.

É nesse horizonte que o tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão, assume papel estruturante. Quando articulados de forma indissociável e orientados pelas necessidades territoriais, esses eixos potencializam a inovação social, o fortalecimento de redes colaborativas, a formulação de políticas públicas mais inclusivas e a construção de soluções contextualizadas para problemas locais. A

extensão universitária, em especial, consolida-se como espaço privilegiado de interação dialógica entre universidade e comunidade, tensionando hierarquias epistemológicas e promovendo aprendizagem mútua.

Entretanto, apesar de seu potencial transformador, a universidade enfrenta desafios significativos para consolidar sua função social. Persistem desigualdades de acesso e permanência no ensino superior, fragmentação institucional entre universidade, poder público e sociedade civil, descontinuidade de políticas públicas e tensões entre demandas mercadológicas e compromissos sociais. Tais elementos evidenciam que a inserção territorial da universidade não é neutra, mas atravessada por disputas de projeto e por condicionantes estruturais que podem limitar sua capacidade emancipatória.

Diante dessas diferentes concepções, emerge a seguinte questão: como diferentes perspectivas teóricas compreendem o papel das universidades no desenvolvimento regional e quais convergências, tensões e desafios podem ser identificados entre essas abordagens?

Portanto, este artigo tem como objetivo analisar, a partir de uma abordagem teórico-reflexiva, diferentes perspectivas sobre o papel das universidades no desenvolvimento regional, considerando suas contribuições para a inovação, a formação de capacidades, a articulação territorial e a transformação social, bem como as tensões e desafios presentes na relação entre universidade e território. A reflexão fundamenta-se em referenciais teóricos da educação crítica, do desenvolvimento regional e da justiça social, articulados a experiências institucionais que evidenciam a centralidade da

universidade como instituição pública comprometida com a transformação social.

O texto está organizado em quatro seções: inicialmente, discute-se a universidade como agente de desenvolvimento regional; em seguida, analisa-se a articulação entre ensino, pesquisa e extensão como fundamento da formação para a transformação; posteriormente, abordam-se os desafios da relação entre universidade e comunidade; e, por fim, apresentam-se as considerações finais, reafirmando a universidade como instituição estratégica na promoção da justiça social e da sustentabilidade territorial.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. O Papel da Universidade no Desenvolvimento Regional

2.1.1. O Desenvolvimento Regional

É consenso, entre a maioria dos pesquisadores, principalmente no âmbito das chamadas ciências sociais, e que se debruçam sobre o tema “Desenvolvimento Regional”, que a conceituação do referido processo não se sustenta, apenas, nas explicações que contemplam os fatores econômicos, ou seja, uma localidade ou região, não são considerados desenvolvidos apenas pela constatação da existência de um alto nível econômico (a não ser que tal constatação se verifique, também, entre as pessoas que habitam na referida região) mas, também, de acordo com Franco (1998) o conceito de desenvolvimento deve contemplar outros fatores além do econômico, entre eles destacam-se: a melhoria na qualidade de vida das pessoas (podendo ser denominado de desenvolvimento humano), melhoria na qualidade de vida de todas as pessoas

(desenvolvimento social), preocupação com a melhoria na qualidade de vida das pessoas de hoje e das futuras gerações (pode-se denominar de desenvolvimento sustentável). Portanto, o desenvolvimento regional passa a ser visto sob o ponto de vista de um novo paradigma, diferente do antigo que visava apenas uma dimensão, a econômica.

Outro pensador que apresenta uma linha interpretativa, a respeito do desenvolvimento, que contempla outras características que não seja somente a econômica foi Amartya Sen. Para o referido pensador, a dimensão econômica do desenvolvimento não deve ser concebida como um fim em si mesmo, senão como um recurso que objetive promover a melhoria na qualidade de vida das pessoas de uma determinada região. Tal relação, entre economia e qualidade de vida das pessoas, proposta por Amartya Sen, se justifica na medida que em havendo melhoria na vida das pessoas, haverá maior probabilidade de existência do capital humano e, portanto, maiores probabilidades de desenvolvimento regional.

Além do capital humano, outra variável importante que auxilia na construção de pensamentos interpretativos a respeito do desenvolvimento regional é, sem dúvida, o conceito de capital social. O termo “capital social” foi usado primeiramente por Hanifan, quando de seus estudos, nos Estados Unidos, a respeito do desenvolvimento escolar como resultado da participação ativa da comunidade no processo educacional das escolas em West Virgina. Posteriormente, as ciências sociais se apropriaram do termo e, a partir dos estudos de James Coleman, Robert Salisbury, Pierre Bourdieu e Robert Putnan, passou a se conceituar, nas ciências sociais, “capital social” como o conjunto de características sociais representados pela confiança, pela existência de uma rede durável

de relações mais ou menos institucionalizadas, normas e sistemas, que contribuem ou influenciam no aumento da eficiência social e, por consequência, no desenvolvimento regional. É perceptível, nos últimos anos, o crescimento pelo interesse nos estudos a respeito do pensar e conceber um “desenvolvimento” que seja socialmente justo e que não comprometa as futuras gerações, portanto, um desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, inserir o conceito do capital social para o debate teórico sobre o desenvolvimento regional é de capital importância, na medida que é inegável a importância do capital social para a projeção de um desenvolvimento sustentável.

O recente interesse pelas discussões a respeito do capital social é resultado da produção bibliográfica do sociólogo Pierre Bourdieu que, entre as décadas de 60 e 70, apresentou um conjunto de estudos investigativos sobre a cultura, tratando-a como um “capital simbólico”, e como um fator contribuinte para explicar o progresso ou desenvolvimento. A partir desse esforço investigativo, o interesse de Bourdieu pelo conceito de capital social passou a ser pauta em seus trabalhos posteriores. A partir de 1980, Bourdieu apresenta sua definição sobre o conceito de capital social como o conjunto de “recursos reais ou potenciais que se vinculam à participação numa rede estável de relações mais ou menos institucionalizadas de recíproca convivência e reconhecimento (...) que provê para cada um de seus membros o suporte do capital de propriedade coletiva” (Bourdieu, 1983: 51, apud Baron, Field e Schüller, 2000).

Diversos outros autores se dedicaram a estudar o conceito de capital social, entendendo que o mesmo se apresenta como um recurso indispensável na construção de um desenvolvimento sustentável, na medida em que o mesmo fomenta a promoção da interação, entre

os entes sociais (pessoas, instituições), cuja sustentação se dá pela mutualidade de confiança, cooperação, civismo e participação. Robert Putnan (1996) entende que o conceito de capital social “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (Putnam, 1996, p.177).

Para Coleman (1990), pelo fato de que a sociedade se apresenta como um conjunto de indivíduos independentes, que visam ideais individuais, em detrimento dos interesses coletivos, a ideia relacionada ao capital social se torna indispensável como uma resposta ao individualismo social, promovendo processo de ação coletiva e cooperação entre os entes sociais redundando, portanto, em contribuições no processo de desenvolvimento regional. Outro pensador que contribui no entendimento da relação entre capital social e desenvolvimento é Fukuyama (*apud* PAULA. 2005), para ele semelhante ao “capital físico” o capital social também produz riqueza e, portanto, deve ser concebido como um fator de valor para a economia, na medida em que o mesmo se constitui como condição para as demais formas de empreendimentos em grupo tendo seu lugar na sociedade moderna.

Ademais das discussões iniciais sobre o desenvolvimento regional, já apresentadas nas linhas anteriores, referentes ao capital humano, capital social, desenvolvimento humano, desenvolvimento social e desenvolvimento sustentável, é importante também apresentar as possibilidades da natureza dinâmica do desenvolvimento regional, ou seja, como se dá o processo pelo qual uma região se desenvolve e cresce economicamente e socialmente. Quais, e de onde se originam as “forças” (investimentos, empreendimentos, poder decisório, etc.) pelas quais o desenvolvimento regional se torna

possível. Nesse sentido, é possível dizer que as forças ou fatores que promovem e viabilizam o processo de desenvolvimento regional podem ser oriundas de investimentos externos (desenvolvimento exógeno) ou internos (desenvolvimento endógeno), ou ambas as situações (exógeno/endógeno). Não obstante, ser de capital importância a existência de investimentos externos (como a instalação de empreendimentos de grandes indústrias, etc.), em uma dada região, há que se considerar que a expectativa maior está em que este processo deva, como finalidade, fomentar a “endogenia”.

O termo “regional”, usado em “desenvolvimento”, pressupõem a existência de uma sinergia formada pela sociedade local, nas relações sociais e nas formas de integração entre os entes (indivíduos e instituições) permitindo a existência de um cenário favorável para as transformações econômicas, sociais, culturais de uma dada região. Nesse sentido, as instituições educacionais (com destaque as Universidades) podem exercer um papel de fundamental importância na promoção do desenvolvimento local/regional. Ao se discutir o papel de uma instituição promotora de pesquisa, ensino e formação de profissionais no processo de desenvolvimento, percebe-se a existência da relação espaço e região, na medida em que a existência de interação entre universidade e os diversos seguimentos sociais torna-se perceptível a presença do capital social que se desenvolve nesse espaço, com a presença de um fundamento institucional. Nesse sentido, torna-se clara a importância das instituições de ensino superior como instituições que podem contribuir, significativamente, para o desenvolvimento regional.

A partir dessas diferentes concepções de desenvolvimento regional, a universidade pode ser compreendida como um organismo responsável pela formação profissional, se tornando um ator territorial capaz de produzir e mobilizar recursos humanos, conhecimento, redes de cooperação e inovação. Sua contribuição, contudo, assume diferentes configurações conforme a concepção de desenvolvimento adotada e a natureza das relações estabelecidas com os demais atores regionais. É nesse ponto que diferentes perspectivas sobre a universidade passam a ocupar lugar central no debate.

2.1.2. A Universidade

A presença de uma universidade em uma região pode modificar estruturalmente o território. Como lembra Milton Santos (2000), o espaço não é apenas físico, mas socialmente construído, e a universidade se insere como agente ativo nessa produção. Ao instalar-se em regiões periféricas ou em pequenas cidades, a instituição de ensino superior promove uma redistribuição de recursos, saberes e oportunidades, contribuindo para a redução das desigualdades territoriais.

Segundo Arroyo (2012), pensar a educação a partir dos territórios significa reconhecer as especificidades locais e valorizar as identidades que ali se constituem. A universidade, nesse sentido, conecta-se com o tecido social em que está inserida, tornando-se um polo dinamizador de desenvolvimento e de justiça social.

Paulo Freire (1996) define a educação como prática de liberdade, defendendo que a formação acadêmica não deve restringir-se à mera transmissão de conteúdo, mas precisa ser orientada pela

criticidade, pelo diálogo e pela transformação social. A universidade, portanto, deve oferecer não apenas capacitação técnica, mas também condições para que os sujeitos compreendam sua realidade e atuem como agentes de mudança.

No campo do desenvolvimento regional, isso implica formar profissionais comprometidos com as demandas locais, capazes de articular saberes científicos e populares, propor soluções inovadoras e atuar em áreas estratégicas como saúde, educação, agricultura e gestão pública. A fixação de egressos qualificados nas regiões periféricas ou rurais pode impulsionar iniciativas empreendedoras, fortalecer arranjos produtivos locais e ampliar as liberdades sociais, conforme defende Sen (2000).

Um dos papéis fundamentais da universidade está na produção de conhecimento científico orientado às necessidades regionais. Para Demo (2002), a pesquisa não é apenas um método de produção acadêmica, mas um compromisso ético-político com a transformação da realidade.

A pesquisa aplicada pode gerar soluções para problemas concretos, como a gestão sustentável de recursos naturais, a modernização da agricultura familiar, a criação de tecnologias sociais ou o fortalecimento de empreendimentos comunitários. Nesse sentido, Etzkowitz e Leydesdorff (2000) defendem, no modelo da Tríplice Hélice (universidade, governo e empresas), que a cooperação intersetorial é determinante para a inovação e para o desenvolvimento sustentável das regiões.

Além disso, a criação de polos tecnológicos, incubadoras de empresas e parques científicos, quando articulados às vocações

locais, pode transformar pequenas cidades em centros de referência, atraindo investimentos, estimulando empregos qualificados e ampliando a competitividade regional.

A extensão universitária, entendida como prática dialógica entre universidade e sociedade, constitui um dos caminhos mais significativos para promover a justiça territorial. Para Boaventura de Sousa Santos (2008), é necessário construir uma *ecologia de saberes*, reconhecendo e articulando conhecimentos acadêmicos e populares.

Projetos de extensão aproximam professores, estudantes e comunidades, permitindo trocas de experiências que enriquecem a todos os envolvidos. Em muitas regiões, iniciativas extensionistas têm contribuído para a formação de cooperativas, o fortalecimento da agricultura familiar, a valorização da cultura local e a criação de alternativas econômicas sustentáveis.

No Brasil, a Política Nacional de Extensão (Forproex, 2012) reforça a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, destacando que as ações extensionistas devem dialogar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Isso coloca a universidade como protagonista no enfrentamento de problemas sociais, ambientais e econômicos.

A presença da universidade também exerce impacto significativo na valorização cultural e na construção do sentimento de pertencimento. Grupos de pesquisa e projetos culturais desenvolvidos em parceria com comunidades locais contribuem para a preservação da memória, a legitimação dos saberes populares e o fortalecimento das manifestações artísticas.

Nessa perspectiva, Hall (2003) e Canclini (1997) lembram que identidade cultural não é algo fixo, mas um processo dinâmico em constante construção. A universidade, ao reconhecer e valorizar a diversidade cultural de seu território, atua como espaço de mediação, preservação e ressignificação das tradições locais.

Dessa forma, a instituição vai além de seu papel formativo e se transforma em espaço de encontro e reconhecimento, promovendo um desenvolvimento regional que não se restringe ao aspecto econômico, mas que também engloba dimensões simbólicas, históricas e sociais.

Apesar dos avanços, persistem desafios importantes. Nem todas as regiões contam com instituições de ensino superior de qualidade, e o acesso permanece desigual. Fatores como infraestrutura precária, custos de permanência estudantil e a ausência de políticas públicas de apoio dificultam a democratização da educação superior.

Outro desafio é a tendência à homogeneização curricular, que muitas vezes desconsidera as especificidades regionais. Para que a universidade cumpra seu papel de promotora de desenvolvimento, é necessário investir em políticas de territorialização do conhecimento, adaptando currículos, pesquisas e projetos de extensão às realidades locais.

Nesse sentido, políticas de Estado voltadas para a interiorização das universidades, como a expansão das universidades federais no Brasil a partir dos anos 2000 (BRASIL, 2007), demonstram a importância de articular a educação superior às estratégias de desenvolvimento regional.

Em resumo a universidade é mais do que um espaço de formação acadêmica: trata-se de um agente estratégico no desenvolvimento regional. Ao articular ensino, pesquisa e extensão em diálogo com os territórios, promove a inovação, fortalece identidades, gera oportunidades econômicas e contribui para a justiça social.

Os referenciais teóricos de Santos, Boaventura de Souza (2008), Freire (1996) e Sen (2000), entre outros, sustentam a necessidade de pensar a educação superior como prática de liberdade, ecologia de saberes e expansão de liberdades. Ao lado de perspectivas contemporâneas, como o modelo da Tríplice Hélice (Etzkowitz; Leydesdorff, 2000) e a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão (Forproex, 2012), reforça-se a ideia de que a universidade deve estar comprometida com o território em que se insere.

As discussões e reflexões sobre a importância das universidades no processo de desenvolvimento regional é um tema apresentado e dissertado por diversos pesquisadores e pensadores. Etzkowitz (2009), escrevendo sobre o processo de desenvolvimento, argumenta que o mesmo ocorre como resultado de uma “engrenagem” que ele denominou de “tríplice hélice”. Segundo o autor, a base estratégica onde ocorre o desenvolvimento social e econômico, dos países considerados desenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, está centralizada na interação entre as instituições: universidade-empresa-governo, a “tríplice hélice”. De acordo com ele, o crescimento econômico baseado no conhecimento e a inovação, tem como ponto de partida a interação entre estes três eixos, ou forças, a universidade, as empresas e o governo.

Apropriando-se do mesmo conceito de Etzkowitz, sobre a “tríplice hélice”, Silva, Terra e Votre (2006) apresenta o objetivo da elaboração dos projetos de desenvolvimento, e que promovem a interação entre os entes envolvidos: universidade, empresas e governo. Segundo ele, se espera como resultado da interação entre os referidos entes: a) produção de conhecimento socialmente relevante nas universidades e repasse à sociedade; b) geração de inovação tecnológica nas empresas; c) estímulo da participação do governo em projetos de inovação. Nesse sentido, a presença da universidade, aliada as empresas e ao governo, se apresentam como os protagonistas das ações que promovem o desenvolvimento regional onde, cada um dos partícipes, exercem papéis distintos e relacionais: a universidade, com a formação de capital humano; o governo, no fomento de ações por meio de políticas públicas; as empresas formam parcerias com a universidade e o governo.

Dessa forma, mais do que formar profissionais, a universidade contribui para transformar realidades, reduzir desigualdades e construir sociedades mais justas, sustentáveis e inclusivas. Seu papel no desenvolvimento regional precisa ser continuamente fortalecido por políticas públicas, parcerias institucionais e pelo compromisso ético com a vida e a dignidade das comunidades que acolhe.

2.2. O Tripé da Formação para a Transformação: A Articulação Entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A universidade, enquanto instituição social comprometida com a produção e a democratização do conhecimento, atua sobre três pilares fundamentais: o ensino, a pesquisa e a extensão. Esses eixos não apenas sustentam a vida universitária, mas também devem operar de forma integrada e dialógica com as demandas sociais,

políticas e econômicas da realidade em que estão inseridos (Freire, 1996; Santos, 2004).

O ensino constitui-se como o primeiro pilar, responsável pela formação de profissionais e cidadãos críticos. Tradicionalmente associado à transmissão de conteúdo, esse eixo foi ressignificado a partir de autores como Paulo Freire (1996), que defende a educação problematizadora como prática de liberdade. Nesse sentido, o ensino não pode se restringir ao treinamento técnico, mas deve propiciar condições para a reflexão crítica sobre a realidade, estimulando autonomia intelectual e ética.

Na prática, cursos de graduação que incorporam metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em problemas (PBL) e os projetos integradores, possibilitam que estudantes articulem teoria e prática na resolução de problemas reais. Antes da pandemia, tais práticas eram majoritariamente presenciais, com ênfase em atividades em laboratórios, visitas técnicas e estágios supervisionados. Após 2020, a intensificação do ensino híbrido e o uso de plataformas digitais (Moodle, Google Classroom, Microsoft Teams) ampliaram as possibilidades de acesso, mas também revelaram desigualdades quanto ao acesso às tecnologias.

O segundo pilar é a pesquisa, fundamentada na busca pela produção de novos conhecimentos e soluções para problemas sociais, culturais, econômicos e ambientais. Para Santos, Boaventura de Souza (2004), a ciência deve romper com a lógica monocultural e abrir-se à diversidade epistemológica, reconhecendo a importância dos saberes locais e tradicionais na construção de soluções socialmente relevantes.

Exemplos disso podem ser observados em pesquisas aplicadas na saúde coletiva, que não apenas descrevem indicadores epidemiológicos, mas desenvolvem protocolos participativos de prevenção junto às comunidades. No Brasil, antes da pandemia, as universidades já tinham protagonismo em áreas como agricultura familiar, biodiversidade e saúde pública. Com a chegada da COVID-19, a relevância desse pilar se intensificou: instituições de ensino superior estiveram na linha de frente no desenvolvimento de vacinas, equipamentos de proteção e protocolos de enfrentamento, reafirmando o caráter estratégico da pesquisa em benefício da sociedade.

A extensão universitária, terceiro pilar, é o espaço de maior interação entre universidade e sociedade. Diferente do ensino e da pesquisa que, em alguns momentos históricos, assumiram caráter mais “intra-muros”, a extensão rompe barreiras e possibilita trocas efetivas entre saberes acadêmicos e populares. Para Dagnino (2008), é nesse diálogo que surgem tecnologias sociais, capazes de fortalecer práticas sustentáveis e promover inclusão social.

Um exemplo expressivo dessa prática é o projeto Universidade Sem Fronteiras, no Paraná, que promove inclusão social em comunidades rurais, quilombolas e indígenas por meio de ações em agroecologia, saúde comunitária, gestão de resíduos e educação popular (Paraná, 2018). Antes da pandemia, tais iniciativas privilegiavam oficinas e ações presenciais, mas posteriormente precisaram reinventar-se por meio de lives, cartilhas digitais, podcasts e teleatendimentos, o que ampliou seu alcance, ainda que com desafios relacionados ao acesso desigual à internet.

O cenário pandêmico, portanto, acelerou processos já em curso e revelou fragilidades no modelo de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Até 2020, predominava um formato mais presencial, com forte valorização do contato direto. A pandemia forçou a incorporação de ferramentas digitais em larga escala, transformando tanto a produção de conhecimento quanto as formas de ensino-aprendizagem e extensão:

- Ensino: passou de aulas presenciais para o ensino remoto emergencial, consolidando-se no modelo híbrido.
- Pesquisa: ampliou redes de colaboração internacionais e o uso de dados digitais, mas enfrentou cortes de financiamento e dificuldades de trabalho em campo.
- Extensão: embora tenha sido o eixo mais desafiado, reinventou-se em formatos digitais, com atendimentos online em psicologia, teleconsultas em saúde e capacitações virtuais para agricultores familiares.

Esse conjunto de transformações demonstra que a universidade é um espaço vivo e dinâmico, que precisa atualizar constantemente suas práticas sem perder de vista sua função social. Como defende Santos, Boaventura de Souza (2004), é necessário reconhecer a ecologia de saberes como fundamento de uma ciência mais democrática e comprometida com a justiça social.

Quando os pilares acadêmicos dialogam com as necessidades locais, sociais, políticas e econômicas da região, potencializam a capacidade transformadora da universidade, promovendo soluções inovadoras e socialmente referenciadas. Nesse sentido, a extensão

universitária destaca-se como espaço privilegiado de interlocução entre saber acadêmico e saber popular.

De acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2012), a extensão configura-se como processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa, promovendo interação transformadora entre universidade e sociedade. Essa integração favorece o desenvolvimento de tecnologias sociais, modelos sustentáveis de gestão de recursos naturais e estratégias de fortalecimento de práticas como a agricultura familiar, a economia solidária e a promoção da cidadania (Dagnino, 2008).

Assim, experiências como o Universidade Sem Fronteiras evidenciam o potencial transformador da extensão quando articulada ao ensino e à pesquisa. Ao reconhecer a diversidade epistemológica e a importância dos saberes locais, a universidade reafirma seu papel social, contribuindo para a inclusão, o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da cidadania.

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza teórico-reflexiva, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A opção por essa abordagem decorre do objetivo de analisar criticamente diferentes perspectivas acerca do papel das universidades no desenvolvimento regional, buscando identificar convergências, diferenças e tensões relacionadas à atuação das instituições de ensino superior nos territórios.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de obras e produções acadêmicas relacionadas aos conceitos de desenvolvimento

regional, desenvolvimento humano, capital social, universidade, território, inovação, transformação social e relação universidade-comunidade. Entre os principais referenciais mobilizados encontram-se as contribuições de Freire, Milton Santos, Boaventura de Sousa Santos, Sen, Etzkowitz e Leydesdorff, além de autores vinculados às discussões sobre desenvolvimento regional, capital social e extensão universitária. A seleção dos referenciais considerou sua pertinência para a compreensão das diferentes concepções de desenvolvimento e dos distintos papéis atribuídos às universidades.

Complementarmente, foram considerados documentos e referências institucionais relacionados à educação superior e à extensão universitária que contribuem para contextualizar as discussões apresentadas, com destaque para a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), para políticas e programas governamentais relacionados à interiorização e expansão do ensino superior e para experiências institucionais de extensão mencionadas na literatura analisada, como o Programa Universidade Sem Fronteiras. Esses materiais foram utilizados como referências para compreender diretrizes, concepções e experiências relacionadas à atuação das universidades e à sua interação com a sociedade e os territórios, de forma complementar à literatura acadêmica.

A análise do material selecionado foi orientada pela técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), considerando categorias temáticas relacionadas ao papel da universidade no território, à articulação entre ensino, pesquisa e extensão e aos desafios da interação universidade-comunidade. O procedimento possibilitou organizar e interpretar os principais argumentos, concepções e contribuições identificados na literatura e nos documentos considerados, subsidiando a discussão das diferentes

perspectivas sobre a relação entre universidade e desenvolvimento regional.

A análise foi estruturada em três eixos principais: (i) universidade e desenvolvimento regional, considerando diferentes concepções sobre desenvolvimento, território, inovação e capacidades; (ii) ensino, pesquisa e extensão como dimensões da atuação universitária e de sua relação com a sociedade; e (iii) universidade, comunidade e território, contemplando os desafios, possibilidades e tensões presentes nessa relação. A partir desses eixos, foram confrontadas perspectivas que enfatizam a universidade como agente de inovação e articulação entre universidade, governo e setor produtivo, como a abordagem da Tríplice Hélice, e perspectivas que ressaltam a formação crítica, a produção plural do conhecimento, a ampliação das capacidades humanas e o compromisso social e territorial da universidade.

A análise comparativa permitiu, assim, organizar os principais pressupostos, contribuições e desafios associados às diferentes perspectivas teóricas, sintetizados no quadro apresentado na seção de discussão. Ressalta-se que, por se tratar de um estudo teórico-reflexivo, os resultados apresentados não correspondem à mensuração empírica dos efeitos das universidades sobre os territórios, mas à interpretação crítica e sistematização das contribuições identificadas na literatura e nos documentos selecionados.

4. DISCUSSÕES E RESULTADOS

As discussões apresentadas nesta seção resultam da articulação entre os referenciais teóricos analisados e as diretrizes institucionais

que orientam a atuação das universidades no contexto do desenvolvimento regional. Parte-se da compreensão de que a universidade ocupa uma posição estratégica nos territórios, mas que sua capacidade transformadora é condicionada por fatores estruturais, políticos e institucionais. Assim, os resultados evidenciam tanto as potencialidades da universidade como promotora de desenvolvimento, quanto os limites e desafios que atravessam sua relação com a comunidade e com os diferentes atores sociais.

4.1. A Relação Entre Universidade, Comunidade em Seus Desafios, Principais Desafios Enfrentados

Apesar do reconhecido potencial transformador das universidades, a relação entre universidade e comunidade ainda é marcada por desafios estruturais e históricos. Um dos principais entraves refere-se às desigualdades de acesso e permanência no ensino superior, que continuam excluindo parcelas significativas da população. Conforme analisam Bourdieu e Passeron (1975), o sistema educacional tende a reproduzir as desigualdades sociais, especialmente quando não são asseguradas políticas efetivas de inclusão e apoio estudantil.

Em regiões periféricas, esses obstáculos tornam-se ainda mais evidentes, seja pela precariedade da infraestrutura, seja pela limitação de políticas públicas voltadas à democratização do acesso, à permanência e à conclusão dos cursos. A ausência de investimentos contínuos compromete a capacidade das universidades de atuarem de forma mais incisiva no desenvolvimento regional e no enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

Outro desafio relevante diz respeito à fragmentação entre universidade, poder público, setor produtivo e sociedade civil. A falta de articulação interinstitucional dificulta a construção de estratégias integradas de desenvolvimento territorial, limitando o alcance das ações de ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, o fortalecimento de parcerias e redes colaborativas é fundamental para potencializar os impactos sociais do conhecimento produzido na universidade (Santos, Boaventura de Souza, 2004).

Além disso, persistem tensões relacionadas à valorização dos saberes locais. Quando a universidade se coloca como única detentora do conhecimento legítimo, corre o risco de estabelecer relações assimétricas com a comunidade. Superar essa lógica exige, conforme propõe Freire (1996), práticas dialógicas e participativas, nas quais a comunidade seja reconhecida como sujeito ativo na construção do conhecimento.

Assim, enfrentar os desafios da relação entre universidade e comunidade implica repensar modelos institucionais, fortalecer políticas públicas, ampliar a participação social e consolidar a extensão universitária como espaço privilegiado de diálogo, aprendizagem mútua e promoção da justiça territorial.

A análise dos referenciais teóricos e das experiências institucionais evidencia que a universidade pode assumir diferentes papéis no desenvolvimento regional, dependendo da forma como articula suas funções de ensino, pesquisa e extensão e de como se relaciona com o território. Enquanto alguns modelos enfatizam a inovação econômica e tecnológica, outros destacam dimensões sociais, culturais e emancipadoras do desenvolvimento. Para sintetizar essas perspectivas e evidenciar suas convergências e diferenças,

apresenta-se a seguir um quadro comparativo que relaciona distintos referenciais teóricos e suas contribuições para a compreensão do papel da universidade no desenvolvimento regional.

Tabela 1. Perspectivas teóricas sobre o papel da universidade no desenvolvimento regional

Referencial teórico	Concepção de universidade	Contribuição para o desenvolvimento regional	Limitações ou desafios
Paulo Freire (1996)	Universidade como espaço de educação crítica e emancipatória	Formação de sujeitos conscientes e comprometidos com a transformação social	Necessidade de superar modelos tradicionais de ensino ainda centrados na transmissão de conteúdos
Milton Santos (2000)	Universidade como agente inserido no território	Contribui para compreender e intervir nas desigualdades socioespaciais	Requer maior articulação entre conhecimento acadêmico e realidade local
Boaventura de Sousa Santos (2004; 2009)	Universidade socialmente referenciada e baseada na ecologia de saberes	Integra saberes científicos e populares, promovendo justiça cognitiva e inclusão social	Resistências institucionais à valorização de conhecimentos não acadêmicos
Amartya Sen (2000)	Universidade como promotora da expansão das capacidades humanas	Amplia liberdades individuais e coletivas por meio da educação e do	Dependência de políticas públicas que garantam acesso e permanência

		acesso ao conhecimento	
Etzkowitz e Leydesdorff (2000) – Tríplice Hélice	Universidade como agente de inovação articulado com governo e setor produtivo	Estimula inovação tecnológica, empreendedorismo e desenvolvimento econômico regional	Risco de excessiva mercantilização da produção científica

O quadro evidencia que, embora existam diferentes abordagens teóricas sobre o papel da universidade no desenvolvimento regional, todas convergem na compreensão de que a instituição possui potencial estratégico para promover transformações nos territórios. Enquanto perspectivas como a Tríplice Hélice enfatizam a inovação tecnológica e a articulação com o setor produtivo, autores como Freire e Boaventura de Sousa Santos destacam a dimensão social, crítica e emancipatória da educação superior. Já a abordagem de Sen amplia essa discussão ao compreender o desenvolvimento como expansão de capacidades humanas, reforçando o papel da universidade na promoção de oportunidades e na ampliação das liberdades sociais. Assim, observa-se que o desafio contemporâneo consiste em articular essas diferentes perspectivas, construindo um modelo de universidade capaz de integrar inovação, inclusão social e compromisso territorial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo permitiu refletir sobre o papel das universidades no desenvolvimento regional a partir de diferentes perspectivas teóricas, evidenciando que sua contribuição para os territórios não se restringe à formação de profissionais ou à

produção de conhecimento científico. As discussões realizadas indicam que a universidade pode desempenhar diferentes funções no desenvolvimento regional, relacionadas à formação de capacidades, à produção e circulação do conhecimento, à inovação, à articulação entre atores e à interação com as comunidades.

A compreensão do desenvolvimento regional apresentada ao longo do estudo ultrapassa uma perspectiva exclusivamente econômica, incorporando dimensões sociais, humanas, institucionais e territoriais. Nesse sentido, as contribuições de autores como Sen, Milton Santos, Freire e Boaventura de Sousa Santos permitem compreender o desenvolvimento a partir da ampliação de capacidades, da redução de desigualdades, da valorização do território, do diálogo entre diferentes formas de conhecimento e da participação dos sujeitos na construção de alternativas para suas próprias realidades. Em outra perspectiva, a abordagem da Tríplice Hélice, associada a Etzkowitz e Leydesdorff, evidencia o papel da universidade na produção de conhecimento, na inovação e na articulação com o poder público e o setor produtivo.

A comparação entre essas perspectivas demonstra que elas atribuem diferentes ênfases à finalidade da universidade e às formas pelas quais sua atuação pode contribuir para o desenvolvimento regional. Enquanto algumas enfatizam a inovação, a transferência de conhecimento e a articulação com empresas e governo, outras destacam a formação crítica, a inclusão, a valorização dos saberes locais, a ampliação das capacidades humanas e o compromisso social da instituição. Essas abordagens não precisam ser compreendidas necessariamente como excludentes, uma vez que a atuação universitária nos territórios pode envolver simultaneamente

dimensões econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e institucionais.

Nesse contexto, o ensino, a pesquisa e a extensão constituem dimensões fundamentais para a materialização dessa relação entre universidade e território. O ensino contribui para a formação de profissionais e sujeitos capazes de compreender e intervir em suas realidades; a pesquisa amplia a produção de conhecimentos relacionados aos problemas e potencialidades regionais; e a extensão estabelece espaços de interação entre universidade e sociedade, favorecendo o diálogo entre conhecimentos acadêmicos e saberes construídos nos territórios. A articulação dessas dimensões pode ampliar a capacidade institucional de responder às demandas regionais, desde que esteja vinculada às características e necessidades concretas de cada contexto.

Entretanto, a presença de uma instituição de ensino superior em determinado território não implica, por si só, a produção de desenvolvimento regional. Os resultados da discussão evidenciam que essa contribuição é condicionada por fatores como acesso e permanência dos estudantes, disponibilidade de recursos, continuidade das políticas públicas, capacidade de articulação institucional e qualidade das relações estabelecidas entre universidade, poder público, setor produtivo e sociedade civil. Também permanecem desafios relacionados à valorização dos conhecimentos locais e à superação de relações assimétricas entre universidade e comunidade.

Dessa forma, a contribuição da universidade para o desenvolvimento regional deve ser compreendida como um processo relacional, cuja efetividade depende tanto de suas

capacidades institucionais quanto das condições do território e das redes de atores com os quais estabelece relações. Acima de tudo a universidade pode atuar como espaço de formação, produção de conhecimento, inovação, articulação institucional e transformação social, desde que essas dimensões estejam articuladas às especificidades regionais.

Por fim, ressalta-se que, por se tratar de um estudo de natureza qualitativa e teórico-reflexiva, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental, suas conclusões não permitem mensurar empiricamente os efeitos da atuação universitária sobre o desenvolvimento dos territórios. Como possibilidade para estudos futuros, sugere-se a realização de pesquisas empíricas que investiguem, em diferentes regiões, como universidades, comunidades, governos e organizações produtivas percebem e constroem essas relações, bem como quais resultados econômicos, sociais, institucionais e territoriais podem ser associados às diferentes formas de atuação universitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. Educación, territorio y diversidad cultural. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. (1970), "La reproduction. Paris: Les Editions de Minuit", in St., Baron; J. Field; T. Schuller, (Ed.) (2000), **Social Capital: Critical Perspectives**, Oxford: Oxford University Press.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Brasília: MEC, 2007.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2012.

COLEMAN, J. S. (1990), **Foundations of Social Theory**, Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press.

DAGNINO, Renato. *Tecnologia social: contribuição à construção de um pensamento crítico latino-americano em ciência e tecnologia*. Campinas: Instituto de Geociências/Unicamp, 2008.

DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 2002.

ETZKOWITZ, H. **Hélice Tríplice: Universidade-Indústria-Governo: Inovação em Movimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. *Research Policy*, v. 29, n. 2, p. 109–123, 2000.

FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Brasília: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2012.

FRANCO. Augusto de. FRANCO. **Dez consensos sobre o desenvolvimento local, integrado e sustentável**. Oitava rodada de Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária, Brasília, 16 de março de 1998. Cadernos Comunidade Solidária, n. 6, junho. 1998. Brasília: IPEA, 1998. Disponível em: www.desenvolvimento.org.br. Acesso em 14/08/2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PARANÁ. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). *Programa Universidade Sem Fronteiras – Relatório de Gestão*. Curitiba: SETI, 2018.

PAULA, Juarez de. **Desenvolvimento e Gestão Compartilhada**. AED. SEBRAE. 2005.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 31-83.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 16. ed. Porto: Afrontamento, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Carlos Alberto Figueiredo da; TERRA, Branca Regina Cantisano; VOTRE, Sebastião Josué. O modelo da hélice tríplice e o papel da educação física, do esporte e do lazer no desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 28, n. 1, p. 167-183, set. 2006

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UNC – Canoinhas/SC. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Doutor em Administração pela PUCPR, Professor da UNC – Mafra/SC. Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Canoinhas/SC. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNC – Canoinhas SC. Doutorando pelo Programa de Doutorado em Desenvolvimento

Regional pela UNC – Canoinhas SC. E-mail: [acesse o artigo original](#)
[para visualizar o e-mail](#)